



Nº 12

Dezembro

2022

Desafios iniciais de Lula em seu terceiro mandato

*Humberto Dantas*¹

É possível afirmar que o terceiro governo de Lula começa já entre meados de novembro e dezembro de 2022. Primeiro pela ausência do seu antecessor, que para além de deixar o Brasil rumo aos Estados Unidos nos últimos dias do ano sem empossar o petista em movimento merecedor de múltiplas interpretações, mudou seu comportamento e deixou de tomar decisões e de aparecer publicamente. Bolsonaro, literalmente, saiu de cena com a derrota de 30 de outubro. Findado seu período de descanso, que não se sabe ao certo quanto durará, o ex-presidente tentará liderar a oposição. Contra ele três elementos: a) diferentes acusações e suspeitas que o fazem, inclusive, temer a própria prisão; b) a saída do poder, o que o esvazia de força política e o coloca diante de narrativas do novo governo que, a despeito de ter pregado clima avesso a revanches em discurso de posse, certamente o utilizará para nova tese associada à ideia de “herança maldita” que tão bem o PT usou contra o PSDB por cerca de 15 anos no poder e; c) a competição protagonizada por lideranças de direita que buscam ocupar um suposto espaço deixado por Bolsonaro, sobretudo a partir de decisões titubeantes do ex-presidente.

Para além da ausência de Bolsonaro, existe o trabalho da equipe de transição que produziu um relatório que, tornado público, tentará dar a dimensão do que serão os desafios do novo governo em duas direções. A primeira associada a reparos do passado, que em suas primeiras falas e decretos como presidente Lula e uma série de ministros empossados nas primeiras horas úteis do ano já deram conta de dimensionar. Os principais aspectos estão atrelados à saúde, educação, relações internacionais, segurança pública, forças armadas e meio ambiente, mas não se pode dispensar questões econômicas, relacionadas às críticas ao rigor fiscal e aos processos de privatização que, num primeiro momento, serão interrompidos. Uma análise do documento de transição, associada a uma leitura do Plano de Governo

eleito e da agenda de metas dos primeiros 100 dias no poder poderão contribuir muito para uma percepção do que teremos pela frente.

Por fim, um terceiro ponto que merece atenção está associado a um conjunto de decisões tomado em um espaço de aproximadamente duas semanas, em dezembro, que carrega consigo simbologias e significados relevantes à governabilidade. Em instante conturbado, no domingo dia 18 de dezembro, monocraticamente o ministro Gilmar Mendes (STF) decidiu que despesas com programas sociais de renda básica não se inscrevem nas regras do teto de gastos. No dia seguinte, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o pagamento de emendas do relator ao orçamento, instrumento que apelidado de “orçamento secreto” caracterizou ponto essencial da sustentação das relações entre Executivo e Legislativo no governo Bolsonaro. Tal instrumento também garantiu força adicional aos presidentes das casas legislativas nacionais, sobretudo a Arthur Lira (PP-AL), que comanda a Câmara, no controle do que se convencionou chamar de Centrão. A partir da decisão do Judiciário, foi (e será) possível notar a necessidade de um rearranjo nas relações entre Congresso e Planalto. O primeiro capítulo dessa “nova” história foi a aprovação da emenda constitucional chamada de PEC da Transição, cujo objetivo central está associado à possibilidade de nova superação do teto de gastos para a garantia do pagamento de políticas sociais, bem como o compromisso de reconstrução de um novo parâmetro fiscal para o país. As casas legislativas responderam bem à demanda do novo governo, com aprovações rápidas que alteraram partes de um projeto que foi enviado com excessos pela então

¹ Humberto Dantas – cientista político, doutor pela USP e parceiro da KAS



futura Presidência. Como “contrapartida”, o volume de emendas parlamentares impositivas foi elevado, mas há quem calcule que o novo governo e o Legislativo tiveram que flexibilizar suas formas de enxergarem tal relação, sendo que nesta conta também entrou o apoio de Lula e do PT às reeleições dos presidentes do

Senado e da Câmara.

Outro ponto essencial desse momento decisivo partiu, mais uma vez, da justiça. Novo regramento interno do STF decidido entre 7 e 14 de dezembro fez com que certas decisões monocráticas passem imediatamente pelo plenário. Ademais, pedidos de vista que costumam paralisar julgamentos por anos devem ser devolvidos ao colegiado em até 90 dias. Tais medidas parecem refundar relações importantes entre os poderes, sobretudo em temas de interesse do Poder Executivo.

Finaliza toda a complexidade do final do ano o fato de ao mesmo tempo em que aguardava o STF definir o “orçamento secreto” e o Legislativo aprovar a PEC da Transição, o Poder Executivo promover a montagem do novo ministério. Lula terá um gabinete com 37 pastas, onde para além de muitos nomes do PT, tentou equilibrar espaço com partidos aliados eleitoralmente e legendas que serão necessárias à aprovação de medidas futuras no Congresso. União Brasil e MDB, que tiveram candidaturas ao Planalto, ficaram com três ministérios cada, assim como o PSD que ficou neutro na corrida presidencial e o PSB do vice-presidente eleito Alckmin. A esses 12 nomes se juntam dois representantes do PDT, que teve Ciro Gomes na disputa, bem como uma ministra da Rede, uma do PC do B e uma do PSOL que apoiaram Lula no pleito. Ao todo são 262 deputados federais eleitos por legendas que terão ministérios, a despeito de ajustes e recálculos pontuais, bem como desconsiderando o radical bolsonarista PTB, do amigo pessoal de Lula, José Múcio Monteiro, que comandará a Defesa. Somam-se a estes, parlamentares eleitos por PV, Avante, PROS, Solidariedade e Agir que estiveram formalmente aliados ao PT e não receberam ministérios, o que eleva a conta para 282 parlamentares. Essa soma fica aquém dos 308 votos necessários à aprovação de uma emenda constitucional, mas duas coisas precisam ser destacadas: nem todos esses partidos serão fieis à agenda do Planalto, sendo que o União

Brasil já indicou que será independente; e o governo sabe que poderá colher votos em instantes estratégicos a partir de negociações com legendas como PP, Republicanos e o próprio PL, sobretudo a partir da boa relação do PT com tais grupos em determinados estados do país.

No Senado, eleito majoritariamente, o que permite a troca de partidos que deve ocorrer com frequência nos primeiros meses ou em instantes mais intensos da realidade política, a aliança acima soma 45 dos 81 senadores, mas algo precisa ser considerado: sete senadores foram nomeados ministros, sendo que dois deles estão em fim de mandato – Simone Tebet e Alexandre Silveira. Os outros cinco têm em Carlos Fávaro (PSD-MT), Flávio Dino (PSB-MA), Renan Filho (MDB-AL) e Camilo Santana (PT-CE) primeiros suplentes de suas próprias legendas, mas Wellington Dias (PT-PI) tem substituta do PSD.

Diante de tais características, com um ministério bastante político e uma necessidade de se refazer caminhos de uma governabilidade mais tradicional associada à lógica de coalizão, o primeiro ano de governo será um teste de base. Análises indicam que uma reforma ministerial, ou mudanças atreladas à lógica de ajustes, podem ocorrer já no primeiro ano. O slogan de Lula está atrelado às palavras “União” e “Reconstrução”. O primeiro termo associado à tentativa de se repactuar a convivência de um país cindido por conflitos e intensidades de convívio com base em aspectos ideológicos que deram o tom das eleições presidenciais de 2014 a 2022, em intensidade absoluta no pleito mais atual. O segundo relacionado a um discurso de reorganização da nação depois de quatro anos de Jair Bolsonaro e da pandemia. Veremos.

As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não necessariamente representam as opiniões da Fundação Konrad Adenauer.